

RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.248 - RN (2016/0256928-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : VISUAL IDENTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIAS LTDA
ADVOGADOS : CÍCERO AUGUSTO ALMEIDA - RN004268
ELIABE FERNANDO DA CUNHA NUNES E OUTRO(S) -
RN008151
RECORRIDO : MAURO ROBERTO MUMBACH
ADVOGADO : CÁSSIO SANTOS DE MENDONÇA E OUTRO(S) - RN006053

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por VISUAL IDENTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIAS LTDA, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Na origem, a demanda versa sobre ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato c/c obrigação de fazer proposta por MAURO ROBERTO MUMBACH em face de VISUAL IDENTIFICAÇÕES E FOTOGRAFIAS LTDA. Tal ação foi julgada procedente, no sentido de reconhecer a existência de relação societária entre a parte aitora e a empresa requerida. Interposta apelação pelo réu, negou-se provimento ao reclamo, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

Em sede de apelação, a Corte Estadual desproveu o reclamo nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. PREJUDICIAL DE NULIDADE DA SENTENÇA SUSCITADA PELA PARTE RECORRENTE. REJEIÇÃO. MÉRITO. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO SOCIEDADE DE FATO. AUSÊNCIA CONTROVÉRSIA. PRETENSÃO DE DE PAGAMENTO DOS HAVERES ADVINDOS DA DESVINCULAÇÃO EFETIVA DO AUTOR/APELADO. IMPOSSIBILIDADE DE ATESTAR QUITAÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PLEITEADOS NA INICIAL. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. É lícito ao juiz, com fulcro no livre convencimento motivado (arts. 130 e 131 do CPC), apreciar livremente os elementos de prova trazidos ao processo e, entendendo serem suficientes ao julgamento da causa, proferir sentença, desde que motive as razões de decidir. 2. No que se refere ao pagamento dos haveres, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao réu, ora recorrente, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, ora apelado, o que não logrou êxito em realizar. 3. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 573.926/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 11/11/2014, DJe 21/11/2014; AgRg no AREsp 537.016/MS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 16/10/2014, DJe 31/10/2014). 4. Apelo conhecido e desprovido.

Nas razões do recurso especial (fls. 371/388, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos artigos 370 e 385, ambos do CPC/15.

Sustenta, para tanto, a ocorrência de cerceamento de defesa, visto que deve ser oportunizado a recorrente o direito de produzir as provas necessárias ao reconhecimento da inexistência do direito pleiteado pelo ora recorrido.

Contrarrazões (fls. 427-435, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fl. 437, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, cabe ressaltar, no sistema da persuasão racional, adotado pela legislação processual civil, (arts. 130 e 131, CPC/73 e 370 e 371, CPC/15), o magistrado é livre para examinar o conjunto fático-probatório produzido nos autos e firmar sua convicção, desde que indique de forma fundamentada os elementos do seu convencimento.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL. ABUSIVIDADE DOS JUROS. REVISÃO. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

2. O ordenamento jurídico, com amparo no art. 131 do CPC/73, adota o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o juiz pode apreciar com liberdade as provas produzidas pelas partes.

3. Incide a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 846.321/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 01/09/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCAPACIDADE CIVIL DO GENITOR DA RECORRIDA. NULIDADE DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS À RECORRENTE E DOS ATOS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO TOMADA COM BASE NO EXAME DOS FATOS E PROVAS ANEXADOS AOS AUTOS. REAVALIAÇÃO DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula n. 7 do STJ).

2. No que se refere à valoração das provas, como destinatário final, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de

Processo Civil, a interpretação da prova necessária à formação do seu convencimento.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1098709/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 20/04/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DIREITOS AUTORAIS. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA DOS ARTIGOS 131, 514 E 535, I E II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO QUE APRECIOU TODAS AS QUESTÕES ATINENTES À LIDE E DECIDIU COM APOIO NO SUBSTRATO FÁTICO DOS AUTOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Não existe violação ao artigo 535, I e II, do CPC, pelo acórdão que, no exame da controvérsia posta nos autos, apresenta os fundamentos que o levaram a decidir desta ou daquela maneira, sendo certo que o magistrado não precisa decidir a lide à luz dos preceitos legais indicados pela parte.

2. Ao julgador cabe a análise dos requisitos de admissibilidade dos recursos que lhes são dirigidos, assim como a livre apreciação das provas das quais é o destinatário, devendo decidir de acordo com o seu convencimento, determinando a produção das que achar necessárias e indeferindo as que considerar inúteis ou protelatórias.

3. Dizer sobre a correção dos motivos que levaram o juiz a decidir em face das provas apresentadas nos autos, implica no reexame dessas mesmas provas, o que é defeso ao STJ em sede de recurso especial, pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido. Aplicação de multa. (AgRg no Ag 1376843/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/06/2012, DJe 27/06/2012)

2, Na espécie, o Tribunal de origem manteve a sentença de parcial procedência (que julgara antecipadamente a lide), por considerar suficientemente demonstrada a relação jurídica entabulada entre as partes e ausente prova de pagamento.

Convém colacionar os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 383/343, e-STJ):

10. Imperativo consignar, desde logo, que é lícito ao juiz, com fulcro no livre convencimento motivado autorizado pelos artigos 130 e 131, do Código de Processo Civil, apreciar livremente os elementos de prova trazidos ao processo e, entendendo serem suficientes ao julgamento da causa, proferir sentença, desde que motive as razões de decidir.

11. Diante dessa premissa, não vislumbro o vício apontado pela apelante, uma vez que ao magistrado não é vedado o indeferimento da prova, desde que hajam elementos suficientes para motivar a formação do seu convencimento.

(...)

15. Desse modo, no caso sob análise, o juízo de primeiro grau, diante da apresentação da contestação e da réplica à contestação, entendeu

fundamentadamente pela ausência de provas inequívocas a respeito da real quitação dos haveres pretendidos pelo autor/apelado.

16. Portanto, não houve cerceamento de defesa a ensejar a nulidade do julgado, pelo que rejeito a prejudicial suscitada.

17. O cerne meritório diz respeito ao reconhecimento de sociedade de fato e do intento em dissolvê-la, bem como acerca do pagamento de haveres.

18. Na exordial, o autor/apelado aduz ter integrado a sociedade apelante participando com 45% do capital integralizado, a despeito de sua participação não constar do contrato social, o que foi corroborado pela parte ré/recorrente às fls. 43/44 - vol. 01.

19. Ademais, não há controvérsias acerca do intento da parte recorrente em por fim à referida participação societária, conforme se vê às fls. 45/47 - vol. 01.

20. Desse modo, acertada a sentença proferida no que se refere ao reconhecimento da relação jurídica societária, declarando-se sua existência, e à decretação de sua dissolução parcial pela convergência dos interesses das partes.

21. No que se refere ao pagamento dos haveres, nos termos do art. 333, II, do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao réu, ora recorrente, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o que não logrou êxito em realizar.

22. Digo isso porque as provas juntadas aos autos, quais sejam, o relatório de fls. 77/78 - vol. 01 e boletim de caixa de fls. 190/192 - vol. 01, não permitem atestar, de modo inequívoco, que tenha havido real quitação integral dos valores advindos da desvinculação efetiva do autor/apelado, conforme pleiteado na inicial.

Assim, para suplantar tal cognição da Corte estadual, acerca da suficiente comprovação do fato constitutivo do direito do autor (o que ensejou a rejeição da preliminar de cerceamento de defesa), revelar-se-ia necessária a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do julgamento de recurso especial.

Ilustrativamente:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE COBRANÇA. INDEFERIMENTO DE PROVA.
ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA.
AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Não há falar em cerceamento de defesa em razão da valoração promovida pelo magistrado das provas coligidas nos autos, porquanto no nosso sistema processual o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil de 1973, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.

2. Diante de elementos substanciais para que o magistrado forme seu livre convencimento motivado demonstrada a prestação dos serviços educacionais **e não comprovado o efetivo pagamento nem a consignação em juízo, ônus que lhe competia, não há que se falar em cerceamento de defesa.**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1040522/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 14/08/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PROVA DE PAGAMENTO DA DÍVIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. DOCUMENTOS SUFICIENTES. TRIBUNAL DE ORIGEM CONSIGNOU QUE A OBRIGAÇÃO NÃO FOI QUITADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no AREsp 561.592/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 25/04/2016)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado. Portanto, não há violação do art.

130 do CPC quando o juiz, em decisão adequadamente fundamentada, indefere a produção de provas e julga antecipadamente a lide.

2. Rever as conclusões do Tribunal de origem no tocante à produção de prova implica reexaminar os elementos fático-probatórios dos autos, o que é impossível pela via eleita. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 648.403/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2015, DJe 29/05/2015)

Aplica-se, pois, na espécie, igualmente, os óbices insculpidos nas Súmulas 07 e 83 do STJ.

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator